

Descentralizando, a Funai inicia sua reestruturação

ELIANA LUCENA

Conduzir um programa eficiente de apoio ao índio é, na opinião do presidente da Funai, Ademar Ribeiro da Silva, uma tarefa impossível, caso a fundação não sofra profundas modificações internas, "colocando as pessoas certas nos lugares certos e descentralizando as suas atividades".

Após quase dois meses à frente da Funai, o ex-diretor do DNER confessa, agora, que levou um grande choque quando entrou em contato direto com os complexos problemas que envolvem a política indigenista brasileira, que atingiu uma de suas fases mais críticas no final do governo Geisel, com denúncias de corrupção na Funai, brigas internas e falta de apoio por parte de alguns setores governamentais.

Refeito, pelo menos aparentemente, do susto inicial, apesar do pessimismo manifestado por alguns setores — especialmente da ala missionária, que encara o novo presidente como "um romântico otimista em relação ao índio" — Ribeiro da Silva já traçou as metas básicas de sua administração. "Primeiramente", afirmou, "pretendemos realizar uma reforma institucional da Funai, que já foi aprovada pelo ministro do Interior, Mário Andreazza. Queremos transformar a Funai num órgão funcional, dando maior autonomia às delegacias regionais e transformando a sede, em Brasília, num centro de planejamento e fiscalização".

Essa decisão vem sendo reivindicada há muito tempo, especialmente pelos homens de campo da Funai que, muitas vezes, esperam durante semanas por uma autorização de Brasília para a realização de pequenos projetos, quase sempre urgentes. Há casos de chefes de postos que preferem realizar longas viagens até a sede do que enfrentar, de longe, o aparelho burocrático e as dificuldades de comunicação, quase sempre feita via rádio.

Ribeiro da Silva afirma que a reforma já em estudo não prevê outras mudanças significativas na estrutura da Funai, deixando claro que, depois da descentralização, o mais importante é a escolha de pessoas certas para assessorá-lo. Certamente, ele sentiu de perto, ao assumir a Funai, a total falta de sintonia entre os dirigentes dos principais departamentos. As brigas pessoais chegaram a tal ponto que o diretor do Departamento Geral de Operações não se entendia com o responsável pelo Departamento do Patrimônio Indígena; Um departamento boicotava programas que recebia de assessores "inimigos"; e, devido às infundáveis intrigas de que tomavam conhecimento, os sertanistas e indigenistas

responsáveis diretos pela assistência às aldeias tinham medo de frequentar os gabinetes da Funai. Quando iam a Brasília, preferindo enfrentar missões arriscadas no mato e contactar tribos arredias.

MENTALIDADE EMPRESARIAL

Se, por um lado, Ribeiro da Silva, já parece ter boa noção e ser claramente avesso a esse quadro interno da Funai, ele ainda parece não ter um programa concreto de atendimento às comunidades indígenas, nos seus diversos estágios aculturativos. "Posso adiantar que não daremos um passo sem a palavra dos antropólogos e especialistas. Aqueles índios que já estão querendo produzir receberão o nosso apoio para a implantação de projetos de agri-



cultura. Nas comunidades subnutridas — muitas tribos se alimentam muito mal —, vamos incentivar o cultivo de roças e a criação de gado, como na ilha do Bananal, para que as crianças tomem leite e os índios tenham carne quando necessário."

Ribeiro da Silva disse que a Funai não quer lucrar com a venda de bens gerados nas áreas indígenas, ao se referir ao gado existente na ilha do Bananal, hoje estimado em 4.500 cabeças. Embora existam denúncias de que a Funai vendia esse gado não revertendo o dinheiro para o índio, o novo presidente do órgão garante que esta não é sua intenção, afirmando ainda que desconhecia o fato.

É exatamente a mentalidade empresarial que se implantou na Funai desde o governo Médici que preocupa os indigenistas e é vista como um dos entraves à execução de uma política indigenista positiva. Ao sentenciar como impossível a missão do presidente da Funai, o missionário padre Antônio Iasi, por exemplo, afirma que, hoje em dia, o órgão de proteção ao índio, ao invés de ser o tutor fiel do patrimônio indígena, é o dilapidador desse patrimônio. "São milhões de cruzelos pro-

venientes dos mais diversos tipos de projetos — bovinocultura, venda de madeira, arrendamento de terras e pastagens, etc. — que não revertem para os índios, mas têm contribuído para que muitos funcionários do órgão melhorem o seu status."

Estes projetos econômicos são criticados não só por não beneficiarem diretamente o índio mas, ainda, porque são onerosos, mal planejados e fracassam, algumas vezes, por desconhecimento das condições geográficas e climáticas das áreas indígenas. Há alguns anos, por exemplo, muito dinheiro foi aplicado num pretencioso projeto de rizicultura na ilha do Bananal, que daria lucros fantásticos à Funai. Os técnicos chegaram à ilha e implantaram o projeto, enquanto os índios Carajás, observando de longe, comentavam: "o arroz vai crescer, o gado come o arroz, fica gordo e nós comemos o gado". Pouco tempo depois, a Funai entendeu porque o índio dizia aquilo. Rio começou a encher, o arrozal ficou parcialmente coberto e só mesmo o gado conseguiu aproveitar alguma coisa.

A DEMARCAÇÃO DAS TERRAS

Ao contrário do que ocorreu na administração anterior, o presidente da Funai parece seguro num ponto que, por certo, contribui diretamente para garantir a sobrevivência dos grupos indígenas. "Nós contaremos com os recursos necessários para a demarcação de todas as terras indígenas no máximo em três anos", frisou Ribeiro da Silva. "E já para este ano temos Cr\$ 140 milhões que serão aplicados nas áreas consideradas prioritárias".

Ele conta, também, com um trunfo muito perseguido mas nunca alcançado pelo ex-presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira: a colaboração do Incra para o reassentamento das famílias que ocupam ilegalmente as terras indígenas que serão demarcadas.

"Já esta semana", anunciou o presidente da Funai, "técnicos da Funai e do Incra estão trabalhando na área xavante de Pimentel Barbosa, no Mato Grosso, com o objetivo de estudar o reassentamento dos colonos e fazendeiros que ainda estão na área, ampliada pelo decreto 83262 de março passado".

O Incra, segundo a notícia, deverá reassentar os ocupantes dessas terras — que já tiveram vários conflitos com os índios — em projetos do Incra, em Goiás ou Mato Grosso. A Funai não pensa indenizar os fazendeiros, mas sim resolver o problema social que já está surgindo na área, a exemplo do que ocorreu em outras reservas indígenas, onde os colonos foram expulsos, como Nonoai, no Rio Grande do Sul, e Rio das Cobras, no Paraná.



O presidente da Funai defende a proteção do patrimônio indígena

Arquivo